

seja pavimentada, limpada e bem cuidada, o *Cerion* continuará a existir. Vigoroso e indestrutível, ele não representa ameaça alguma à agricultura ou à ocupação urbana, e portanto costuma passar ao largo (e abaixo) dos olhos humanos. Além disso, ele habita os ambientes costeiros, de vegetação raquítica, que são menos atraentes para a utilização humana.

O *Cerion* sobreviverá, proporcionando uma conexão ininterrupta com Colombo e com os habitantes tainos originais. Qualquer um entre os milhares de caracóis apinhados em redor do monumento a Colombo em Crab Cay pode ser o tataraneto do tataraneto de um *Cerion* que voltou seus olhos para a *Pinta* — e conjecturou sobre o futuro naquele estilo pouco objetivo, próprio dos caracóis — no momento em que Rodrigo de Triana gritou “*Tierra!*” pela primeira vez e transformou para sempre a história da humanidade.

O DODÔ NA CORRIDA DE COMITÊ

A maioria das pessoas da minha família judia imigrante se orgulhava de sua suposta assimilação (quase sempre mais forte na sua imaginação do que na realidade), zombando dos “novatos” que ainda se aferravam aos velhos costumes e linguajares. Mas me lembro bem da cadência do iídiche, salpicado em doses generosas no inglês de forte sotaque num vasto repertório de piadas e histórias, e também falado como língua materna pelos recalcitrantes. Em 1993, a última falante nativa do iídiche na minha família morreu. Tinha cem anos de idade.

Quando porções tão valiosas da diversidade natural ou humana desaparecem como presenças vivas e ativas, assumimos um interesse especial — às vezes beirando o protecionismo zeloso em relação aos fragmentos mais ínfimos — pela preservação dos artefatos “fósseis” dessa vitalidade extinta. E quando a descoberta de um vestígio desse tipo nos atinge como uma surpresa agradável e inteiramente acidental, sentimo-nos duplamente afortunados com essa dádiva concedida, sem que tenhamos procurado ou esperado por ela, por um mundo normalmente muito descuidado. Dois exemplos recentes e pessoais tocaram meu coração, mais do que minha massa cinzenta, e conduziram meu pensamento para o tema geral da extinção e da preservação.

Descobri, erguendo-se entre os prédios da East Broadway, no Lower East Side de Nova York, uma construção de dez andares com algumas letras hebraicas em relevo (e em metal enferrujado)

dispostas ao longo do último andar. (O primeiro *raysh* já caiu totalmente, mas ainda é possível reconhecer a silhueta do *r* hebraico que ficou marcada embaixo dele.) Logo percebi que se tratava não de uma palavra em hebraico, mas em iídiche, quando comecei a soletrar: *fay, alef, raysh... Farvarts*, ou “*Forward*”. Eu encontrara o antigo lar do mais importante jornal iídiche de uma imprensa outrora vibrante. Muitos dos meus parentes compravam esse jornal diariamente, e eu conhecia de perto tanto a compaixão autêntica quanto o sentimentalismo afetado dessa publicação que parecia quase orgânica em intensidade — com suas campanhas por justiça social nos ambientes de trabalho pesado e com o seu *Bintel Brief* (ou amontoado de letras), a seção de conselhos, recheada de cartas de pessoas se lamentando pelos costumes modernos dos filhos. Fiquei extremamente feliz por saber que o local sobrevivera de maneira reconhecível, ainda que o jornal acabe um dia por perecer. (*The Forward*, atualmente publicado numa região mais ao norte de Manhattan, sobrevive sob a forma alterada de edições semanais em inglês e em russo — mas a circulação da edição em iídiche vem diminuindo continuamente, à medida que vão morrendo os últimos falantes dessa língua.)

Alguns dias depois, fui ao cinema assistir *Independence Day*, o grande sucesso interplanetário do verão de 1996. (Até mesmo o mais comprometido dos intelectuais não consegue viver puramente da dieta das refilmagens de Jane Austen.) Eu nunca havia reparado nessa casa de espetáculos pouco atraente na esquina da Segunda Avenida com a rua 12. Mas, ao entrar, dei de cara com a surpreendente, ainda que desbotada, beleza de seu interior, com os maravilhosos e multicoloridos mosaicos em estilo mourisco. O megafilme ocupava a maior sala desse *multiplex* — o antigo salão principal do edifício original. Ali, os mosaicos resplandeciam num padrão particularmente suntuoso. Quando o filme começou e as naves alienígenas pairaram sobre as nossas cidades, olhei para cima e notei os ladrilhos escuros arranjados em um enorme desenho oval no centro do teto — imitando, de maneira misteriosa e quase exata — embora, é claro, não intencional — os discos voa-

dores na tela. E então percebi que, no centro desse desenho, havia uma estrela-de-davi!

Independence Day me levava até o mais refinado dos memoriais sobreviventes de uma outra grande instituição da minha cultura ancestral: um teatro iídiche. Eu nunca me dera conta de que algum edifício do velho “*Rialto iídiche*” na Segunda Avenida ainda subsistia de uma forma identificável, e me lembrei dos meus parentes tecendo reminiscências sobre a qualidade de um rei Lear iídiche ou sobre a harmonia dos velhos musicais encenados nessa língua. Mais tarde vim a descobrir que eu estivera no Louis N. Jafee Art Theater, que foi construído em 1925 e apresentou espetáculos em iídiche até 1945, com um breve reflorescimento entre 1961 e 1965. Pude apenas pensar num verso favorito de Wordsworth: “Glorioso nascimento é a aurora/ No entanto, claro está... que desta terra um esplendor se foi embora”!

Se encaramos esses detalhes da diversidade como elementos gloriosos e de grande valor — e não como ninharias supérfluas refletindo as essências platônicas —, o trabalho da preservação converte-se, então, numa das mais nobres vocações que alguém pode assumir durante uma vida de trabalho. Não vou discorrer sobre o lado feliz da preservação — a recuperação da força vital de instituições moribundas que não fosse isso estariam condenadas (embora as pessoas que sigam essa inclinação sejam duplamente abençoadas). Pretendo, sim, focalizar aquilo que muitos consideram um exercício notável de frustração, o trabalho ideal para os estóicos, e a encarnação de numerosos provérbios dos quais o melhor representante é aquele que fala em fechar a porta do estábulo depois que o cavalo fugiu em disparada: a compilação diligente e a preservação meticulosa de restos — quase sempre exíguos, parciais e insignificantes — de pessoas, culturas, espécies e lugares que desapareceram para sempre.

(1) “The sunshine is a glorious birth/ But yet I know... that there hath passed away a glory from the earth.” (Tradução de Paulo Vizioli, in *William Wordsworth, Poesia selecionada*, São Paulo, Edições Mandacaru, 1988). (N.T.)

No campo da história natural, as pessoas que se ocupam da preservação desses artefatos trabalham em museus e levam o título de curadores, ou responsáveis (literalmente “cuidadores”) por uma coleção. Os curadores em geral não desfrutam de um grande prestígio (ou de um alto salário), em boa parte porque nós, injustamente, não damos grande valor às suas incumbências, entre elas a tarefa de recuperação destacada neste ensaio. Desdenhamos a importância da preservação, atribuindo a ela uma melancolia infável ou uma impotência que beira o risível (um bico de ave numa gaveta, em vez de 10 mil pássaros de plumagem magnífica entoando seu lindo canto no bosque), o que considero muito injusto, por uma série de razões.

Nunca encontrei um curador que não preferisse se ocupar da tarefa mais alegre de trazer um vestígio de volta à vida. Quase todo mundo nesse ramo de trabalho daria tudo pelo último espécime prenhe de um dodô. Mas não devíamos admirar a pessoa que, diante de uma realidade desoladora, para além de todo controle ou responsabilidade pessoal, empenha-se com bravura para resgatar tudo o que seja possível, em vez de se recolher ao retiro mais próximo para chorar ou fazer acusações?

E o que é mais importante, a nobreza da preservação resulta da natureza da própria história. Não precisamos nos martirizar porque não dispomos de espécimes de quartzo cambriano da Flórida ou porque não podemos fotografar um arco-íris jurássico. Esses objetos simples, formados diretamente pelas leis imutáveis da natureza, não variam de maneira interessante de um momento a outro ou de um lugar a outro. Mas os objetos complexos da história, imprevisíveis, em princípio, e produzidos uma única vez em toda a sua glória detalhada e ímpar, estão fadados a desaparecer por completo do conhecimento humano a menos que preservemos um registro de sua existência concreta. Milhões de espécies viveram e pereceram sem deixar um único sinal fóssil de sua residência na Terra. E jamais travaremos contato com eles — uma idéia triste para um paleontólogo com um desejo insaciável de apreender toda a riqueza do passado da vida. Para conhecer um fenômeno físico,

necessitamos entender as leis que governam a sua geração. Para conhecer uma entidade histórica, precisamos preservar um registro dela. Abençoados sejam aqueles que registram e colecionam (ver capítulo 9 sobre um caso comovente e extraordinário de preservação).

Desejo refletir sobre o papel do curador — um papel heróico e de grande importância — na preservação dos mais ínfimos registros relativos a três perdas inaugurais de importância simbólica especial: a extinção do primeiro grande mamífero terrestre em 1799; a eliminação, na década de 1680, do primeiro animal levado à morte (em tempos históricos) pelo homem; e o genocídio do primeiro grupo humano pelos ocidentais do Novo Mundo, que foi encontrado em 1492 e já havia sido eliminado por volta de 1508.

Há dois traços comuns a esses casos que me intrigam e que revelam algo importante sobre a psicologia humana e sobre os julgamentos preconceituosos da vida ocidental. O primeiro é que apenas um resto insignificante pôde ser resgatado em cada um deles, e todos os preservadores renomados tomam esse infortúnio como um símbolo da insensatez dessas perdas. Segundo, numa contradição um tanto quanto curiosa, todos os grandes comentadores descrevem as criaturas perdidas de maneira pejorativa, como se elas tivessem sido condenadas à morte em razão de suas próprias inadequações — e como se se desejasse, com isso, expiar toda a culpa pela rapacidade que, afinal de contas, foi o que tornou a preservação necessária! Será que temos de culpar as vítimas porque não podemos suportar a conclusão verdadeira de que os eventos nocivos não precisavam realmente ter ocorrido? É provável que a inadequação leve à condenação final, mas isso não justifica a difamação.

Em 1799, um caçador sul-africano abateu o último *blaauwbock*, ou antílope azul (*Hippotragus leucopaheus*). Essa espécie, já reduzida a uma população diminuta vivendo em uma pequena área, não chamou a atenção dos europeus antes de 1719 e só foi descrita formalmente em 1766. A cultura ocidental com certeza produziu o golpe de misericórdia, mas o *blaauwbock* já estava condenado pelo próprio curso da natureza, puramente, ou talvez também pela dete-

rioração do hábitat que resultou da introdução do carneiro doméstico na região pelos africanos nativos em torno de 400 d.C. A brevidade desse período de contato e a raridade do animal levaram ao desaparecimento quase completo de qualquer registro palpável. Apenas quatro espécimes montados sobrevivem nos museus — os “quatro antílopes do apocalipse” do meu ensaio anterior dedicado a essa história (reproduzido num volume anterior de ensaios, *Dinossauro no palheiro*). Todos os comentadores invocaram a existência absoluta dos restos preservados como um símbolo da conclusão moral dessa história em particular, e de outras histórias semelhantes.

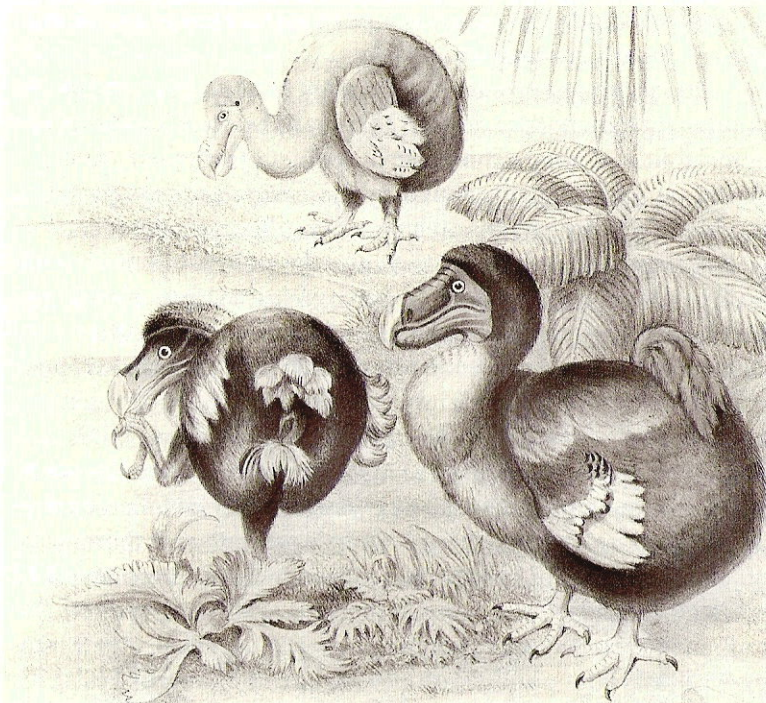
A primeira extinção causada pelo homem de que se tem registro tornou-se um símbolo quase automático, universalmente conhecido e presente em todas as modalidades de comunicação — como conceito, como representação figurativa e até lingüística-mente. “Morto como um prego”² faz referência apenas à imobilidade, pois o prego não é algo que permite abrir e fechar. Mas “morto como um dodô”³ significa absolutamente morto, morto para sempre.

Nas ilhas Mascarenhas — Maurício, Reunião e Rodriguez — localizadas a leste de Madagáscar, no oceano Índico, muitas espécies de pássaros desapareceram como resultado direto ou indireto da atividade humana. Mas aquela que é o protótipo e a tataravó de todas as extinções também ocorreu nessa localidade, com a morte de todas as espécies de uma família singular de pombos que não voavam — o solitário da ilha Rodriguez, visto pela última vez na década de 1790; o solitário da ilha Reunião (provavelmente um parente mais próximo do dodô), desaparecido por volta de 1746; e o célebre dodô da ilha Maurício, encontrado pela última vez no início da década de 1680 e quase certamente extinto antes de 1690.

Embora os navegadores portugueses tenham alcançado as ilhas Mascarenhas, antes desabitadas, no início do século XVI,

(2) No original, “Dead as a doornail”. (N.T.)

(3) No original, “Dead as a dodo”. (N.T.)



21. *De Memoir of the Dodo* [Monografia sobre o dodô] (*Didus Ineptus*), de Richard Owen, Londres, 1866.

nenhuma menção ao dodô foi encontrada antes do relato da expedição holandesa de Jacob Cornelius van Neck, que retornou à Holanda em 1599. O botânico Carolus Clusius fez a primeira descrição científica desse pássaro em 1605, depois de observar a pata de um dodô na casa do anatomista Peter Paauw, um amigo seu.

Os volumosos dodôs pesavam mais de vinte quilos. Uma plumagem cinza-azulada cobria seu corpo quadrado e de pernas curtas, em cujo topo se alojava uma cabeça avantajada, sem penas, com um bico grande de ponta bem recurvada. As asas eram pequenas e, ao que tudo indica, inúteis (pelo menos no que diz respeito a

qualquer forma de vôo). Os dodôs punham apenas um ovo de cada vez, em ninhos construídos no chão.

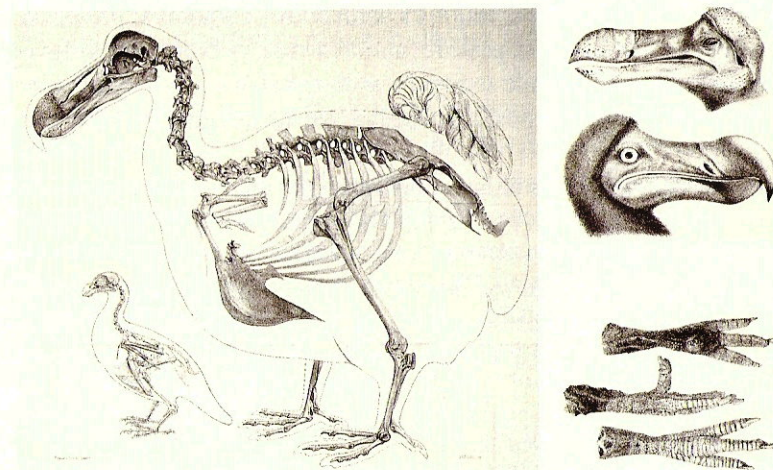
Que presa poderia revelar-se mais fácil do que um pesado pombo gigante incapaz de voar? Os marinheiros holandeses não apreciaram sua carne e chamaram o dodô, originalmente, de *Walgvogel*, ou pássaro nauseabundo. Mas certos pedaços do dodô, desde que bem preparados, tinham sabor suficientemente aceitável — e os responsáveis pelos suprimentos do navio não podiam se dar ao luxo de desprezar um estoque (vivo) de carne tão copioso e gratuito. Ainda assim, provavelmente não foi a captura para o consumo pelo homem o que selou o destino do dodô, pois sua extinção ocorreu sobretudo pelos efeitos indiretos da perturbação humana. Os primeiros navegadores trouxeram porcos e macacos para as ilhas Mascarenhas, e ambos se multiplicaram de maneira prodigiosa. Ao que tudo indica, as duas espécies se regalaram com os ovos do dodô, alcançados com facilidade nos ninhos desprotegidos no chão — e muitos naturalistas atribuem um número maior de mortes à chegada desses animais do que à ação humana direta. De todo modo, passados os primeiros anos da década de 1680, ninguém jamais voltou a ver um dodô vivo na ilha Maurício. Em 1693, o explorador francês Leguat, que passou vários meses no local, empenhou-se na procura dos dodôs e não encontrou nenhum.

Os dodôs ilustram particularmente bem meus dois princípios conflitantes: a lamentação pela exigüidade dos restos preservados e a acusação da vítima, que é descrita, em grande medida, e em função de sua inadequação, como responsável pela própria morte. O contato humano com os dodôs pode ter durado menos que um século, mas esses animais eram abundantes no local, e foram bem documentados. Nesse contexto, é espantoso que tão poucos registros tenham sobrevivido como um testemunho desse protótipo de todas as extinções. Há diversas pinturas e desenhos do século XVI, alguns deles executados na Europa e, ao que parece, a partir do modelo vivo. Não há prova absoluta de que dodôs vivos tenham um dia chegado aos países do Ocidente, mas fortes indicações circunstanciais sugerem que nove ou dez pássaros podem ter sido levados

à Holanda, dois à Inglaterra, um a Gênova, dois (aparentemente) à Índia, e, possivelmente, que um espécime de dodô tenha chegado até mesmo ao Japão. H. E. Strickland, autor da clássica monografia de 1848 sobre o pássaro, comentou a precariedade dos dados:

Possuímos apenas as descrições grosseiras de viajantes que não eram cientistas, três ou quatro pinturas a óleo, e uns poucos fragmentos ósseos espalhados, que sobreviveram a duzentos anos de negligência. O paleontólogo em muitos casos conta com dados muito melhores para a determinação das características zoológicas de espécies que pereceram incontáveis anos atrás.

Uns poucos esqueletos parciais e muitos ossos dispersos, a maioria escavados em pântanos na ilha Maurício depois de 1850, adornam atualmente os nossos museus. Mas trata-se de um número surpreendentemente pequeno de fragmentos, levando-se em conta que estamos falando de um pássaro que o homem encontrou vivo.



22. Esqueleto extraído de *Memoir of the Dodo*, de Owen. Patas e cabeça extraídos de *The Dodo and Its Kindred* [*O dodô e espécies afins*], de H. E. Strickland e A. G. Melville, 1848.

Há um crânio em Copenhague e um pedaço de bico em Praga. De carne e osso, não há mais que uma pata preservada no British Museum e uma cabeça e uma pata em Oxford. Que legado insignificante para um animal que ocupa um lugar tão central nas nossas lendas e na nossa história!

A história do último dodô é especialmente dolorosa. Um espécime completo, empalhado, fazia parte da coleção de John Traderscant, fomentador do primeiro importante museu inglês de história natural. Traderscant legou sua coleção a Elias Ashmole, que então fundou o Ashmolean Museum na Universidade de Oxford. Ali, os espécimes definharam e apodreceram até que, em 1755, os diretores do museu destinaram ao fogo o “ÚLTIMO DOS DODÔ” (para citar as palavras de Strickland em maiúsculas, como ele próprio as empregou). Um astuto curador conseguiu salvar a cabeça e uma pata — virtualmente o único dado em carne e osso existente em relação ao primeiro animal levado à extinção pelos humanos modernos. Quase um século mais tarde, o grande geólogo Charles Lyell descreveu esse sacrilégio em palavras impregnadas de dor, e expressando o dever solene de todos os verdadeiros curadores: preservar os restos quando não se pode recuperar a vida, e conservar os registros quando não se pode sequer manter os restos a salvo — a fim de que não nos esqueçamos, a fim de que não nos esqueçamos:⁴

Há quem se queixe de que as inscrições nos túmulos não transmitem nenhuma informação geral, exceto a de que os indivíduos em questão nasceram e morreram — acidentes que acontecem a todos os homens, sem exceção. Mas a morte de uma espécie é um evento tão digno de nota na história natural que merece ser lembrado; e não é com pouco interesse que descobrimos, a partir dos arquivos da Universidade de Oxford, o dia e o ano exatos em que os restos do último espécime de dodô, que fora abandonado à deterioração no Ashmolean Museum, desapareceu.

(4) Gould cita o verso “lest we forget, lest we forget”, do poema *Recessional*, de Rudyard Kipling, publicado pela primeira vez em 1897. (N.T.)

Strickland usou o mesmo argumento para justificar o tempo e o dinheiro despendidos na publicação de uma monografia sobre “o primeiro caso comprovado de extinção de espécies orgânicas por meio da ação humana”. Nos dias atuais, em que a extinção causada pelo homem mostra-se tão acelerada, seria bom que prestássemos atenção a suas palavras proféticas:

Não podemos assistir sem pesar à extinção do último indivíduo de raça alguma de seres orgânicos, cujos progenitores colonizaram a Terra pré-adâmica [...]. O progresso do homem na civilização, assim como seu crescimento numérico, estende continuamente o domínio geográfico da Arte, abrindo trincheiras nos territórios da natureza. Em consequência, o zoólogo ou o botânico das eras futuras terá um campo muito mais estreito para suas pesquisas do que aquele de que desfrutamos no presente. É dever do naturalista, portanto, preservar para o tesouro da ciência o conhecimento desses organismos antigos e em vias de desaparecimento quando não for possível preservar suas vidas, de tal forma que a nossa compreensão sobre as maravilhas da existência animal e vegetal não sofra prejuízo com as perdas que a criação orgânica parece destinada a sofrer.

Ainda assim, a despeito de todas essas manifestações de pesar e de firmeza, poucos naturalistas se pronunciaram a favor do dodô enquanto ele vivia, ou mesmo depois, quando a teoria demandava uma razão lógica para a sua extinção e a “acusação da vítima” parecia um caminho mais fácil do que o reconhecimento de que a tragédia em questão poderia ter sido evitada. Nenhuma outra criatura foi tão ridicularizada e denegrida. Com certeza o dodô não era uma criatura graciosa segundo os nossos padrões convencionais de beleza. Ele era desajeitado, novamente pelos nossos critérios inadequados — uma criatura bamboleante, incapaz de voar e condenada a construir ninhos em terreno aberto. Mas não fomos ensinados a enxergar para além das aparências evidentes? Não poderíamos, nas palavras do grande anatomista inglês Richard Owen, defender “a beleza de sua feiúra”?

Mas, ao contrário, não fizemos nada, exceto escarnecer e estigmatizar. As diferentes teorias sobre a etimologia do dodô concordam somente em um ponto: seja qual for sua derivação, a intenção era certamente pejorativa. Alguns atribuem *dodô* à palavra portuguesa “bobo” (o que é improvável, uma vez que os poucos navegadores portugueses que foram às ilhas Mascarenhas jamais fizeram menção aos dodôs). Outros derivam esse termo de *dodoor*, uma palavra holandesa que quer dizer “preguiçoso”. A maior parte das fontes do século XVII menciona alguma variante ortográfica de *dodaers* — o nome geralmente usado pelos marinheiros holandeses, que significa, aproximadamente, “traseiro gordo”. Além disso, os nomes científicos oficiais também não demonstram maior *gentillesse*. Lineu chamava a espécie de *Didus ineptus* — *Didus* como uma latinização de *dodô*, e *ineptus* por motivos óbvios. Os ornitólogos modernos usam com frequência a denominação anterior *Raphus*, proposta pelo naturalista Moehring como uma tradução para o latim do holandês *reet*, um termo vulgar para “nádega”.

Desde o princípio, enquanto o dodô ainda vivia em prosperidade na ilha Maurício, as descrições européias destilavam desprezo. Em 1658, por exemplo, antes mesmo do desfecho final, o naturalista Bontius deu início à tradição de culpar a vítima, vinculando as deficiências do dodô à facilidade de capturá-lo: “Ele tem uma cabeça grande, desagradável [...]. É um pássaro vagaroso e estúpido, que se torna uma presa fácil para os caçadores”.

Depois de 1690 o coro do menosprezo só aumentou, pois desse momento em diante o dodô podia ser responsabilizado por seu destino singular. Consideremos a descrição produzida em meados do século XVIII pelo árbitro supremo do bom gosto na ciência, o eminente naturalista Georges Buffon, mais lembrado na cultura geral hoje em dia por seu lema “*le style c’est l’homme même*” (o estilo é o próprio homem). Buffon, como é mencionado no capítulo 20, considerava o bicho-preguiça o protótipo da feiúra e da inadequação entre os animais. Desse modo, ao descrever o dodô como o bicho-preguiça entre os pássaros, Buffon não poderia ter sido mais claro ou mordaz:

O corpo é maciço e quase cúbico; ele mal se sustenta sobre as duas patas gordas e curtas. A cabeça é tão fora do comum que se poderia tomá-la por uma criação fantasiosa de um pintor de figuras grotescas. Situada sobre um pescoço grosso e papudo, ela consiste quase inteiramente num enorme bico [...]. Tudo isso resulta numa aparência estúpida e esfomeada [...]. Sua conformação pesada, que em geral pressupõe força nos animais, produz, nesse caso, somente letargia [...]. O dodô representa, entre os pássaros, o mesmo que o bicho-preguiça entre os mamíferos: poder-se-ia dizer que esse pássaro é feito de matéria bruta e inativa, onde as moléculas vitais são demasiadamente escassas. Ele tem asas, mas as asas são curtas e fracas demais para erguê-lo nos ares. Ele tem uma cauda, mas a cauda é desproporcional e fora do lugar. Poder-se-ia tomá-lo por uma tartaruga ornada com uma capa de pássaro — e a natureza, ao destinar a ele enfeites tão inúteis, quase revela um desejo de acrescentar ao seu volume uma série de empecilhos, uma deselegância [*gaucherie*, no original francês, que é quase uma palavra do inglês hoje em dia e que se refere literalmente ao canhotosismo] na movimentação da massa inerte, e de dar à criatura um desenho corpulento e pesado que parece ainda mais chocante quando nos damos conta de que se trata de um pássaro.

É interessante que apenas H. E. Strickland, o estudioso mais assíduo do dodô e autor da monografia sobre ele, tenha falado favoravelmente a respeito do pássaro em seu tratado de 1848. Podemos desdenhar essa criatura pelos nossos próprios padrões, pois até mesmo Strickland admitiu que “devemos imaginar um pássaro compacto e desajeitado, deselegante na sua forma e com um vagaroso movimento bamboleante”. Mas quem somos nós para julgar, se Deus criou cada animal com os traços mais adequados para seu próprio modo de vida?

Devemos ser cautelosos em atribuir imperfeição a esses organismos anômalos, não importa quão deficientes eles possam ser em relação às complicadas estruturas que tanto admiramos em outras criaturas. Cada animal e planta recebeu sua organização peculiar não com a finalidade de excitar a admiração por parte de outros seres, mas de sustentar sua própria existência. Sua perfeição, por-

tanto, não consiste no número ou na complexidade de seus órgãos, mas na adaptação de toda sua estrutura às circunstâncias externas nas quais ele está destinado a viver. E desse ponto de vista veremos que toda categoria da criação orgânica é igualmente perfeita.

Mas, o que é ainda mais interessante, Strickland sentia, ainda assim, que deveria encontrar uma explicação lógica para a extinção do dodô que se sustentasse na inevitabilidade desse processo, e não numa espoliação contingente que poderia ter sido impedida. Ele então argumentou que as espécies, assim como os indivíduos, atravessam um ciclo determinado de nascimento, maturação e morte — e que os humanos, desse modo, não fizeram senão precipitar um fim inescapável:

Com efeito, parece altamente provável que a morte seja uma lei da natureza no que diz respeito às espécies, assim como em relação ao indivíduo. Mas essa tendência interna à extinção é em ambos os casos sujeita à antecipação por meio de causas violentas ou acidentais. Numerosos agentes externos afetaram a distribuição da vida orgânica em vários períodos, e um deles operou exclusivamente durante a nossa época existente, a saber, a ação do homem.

Richard Owen, o mais refinado anatomista da Inglaterra, não permitiu que Strickland levasse adiante essa conversa-fiada. Em sua própria monografia de 1866 sobre o dodô, Owen reafirmou, em termos absolutos, a inferioridade inerente a esse animal. Mencionando a adequação do nome proposto por Lineu, Owen escreveu:

O cérebro é extraordinariamente pequeno nessa espécie de *Didus*, e se isso for interpretado como um índice da inteligência do animal, este pode ser adequadamente nomeado de *ineptus*.

A seguir, Owen atribuiu a degeneração do dodô a uma vida fácil na ilha Maurício, um lugar livre de predadores e competidores:

Não haveria nada na condição contemporânea da fauna mauriciana para ameaçar ou de algum modo desenvolver as capacidades do dodô. Uma vez que se trata de um pássaro monogâmico (como muitas outras espécies de pombos), nem mesmo o alvoroço de um combate sazonal ou pré-nupcial está presente nesse caso. Pode-se supor com segurança que esse pássaro se alimente e se reproduza de uma maneira preguiçosa, estúpida, sem a necessidade ou o estímulo para algum crescimento do cérebro que seja proporcional ao incremento gradativo do volume corporal.

Owen então atacou especificamente a idéia de adequação universal e de perfeição local proposta por Strickland, mencionando as teorias de dois grandes naturalistas franceses, Buffon e Lamarck, para sustentar sua visão de degeneração genuína:

O dodô ilustra a idéia, formulada por Buffon, de que as espécies se originam pelo afastamento, por degeneração, de um tipo original mais perfeito; e as conseqüências conhecidas do desuso de um órgão de locomoção e do uso extra de outro indicam a natureza das causas secundárias que podem ter operado na criação dessa espécie de pássaro, em conformidade com a concepção filosófica de Lamarck.

Finalmente, Owen disparou sua última salva: o simples fato da extinção, por si mesma e *tout court*, não encerraria a questão da inadequação?

Não obstante, a verdade, como a compreendemos ou sentimos, deve ser revelada. O *Didus ineptus*, em decorrência de sua estrutura degenerada ou imperfeita, não importa de que modo ela tenha sido adquirida, pereceu.

O mesmo ocorreu com o primeiro grupo humano encontrado pelos europeus no Novo Mundo — também em ilhas —, que definiu rapidamente em conseqüência da ganância, da exploração e do poder da espada. O ensaio anterior conta a triste história dos tainos das Bahamas, encontrados por Colombo em 12 de outubro de

1492 — e exterminados, depois de removidos e empregados à força como mão-de-obra em Hispaniola, antes de 1508. Colombo fez elogios à aparência física dessa população, descrevendo sua elevada estatura e sua aparência atraente — “suas formas são muito bem-proporcionadas, seus corpos graciosos e seus traços elegantes”, como ele escreveu em seu diário de bordo. Contudo, Colombo também fez observações sobre a facilidade de sua exploração potencial: “Eles não portam armas, nem têm conhecimento sobre elas [...]. Eles não possuem ferro [...]. Com cinquenta homens se poderia subjugar todos eles e levá-los a fazer tudo o que se desejasse”. Colombo não coletou nenhum material nas Bahamas — nem mesmo o único exemplar de *Cerion* que teria solucionado a controvérsia sobre o seu lugar de desembarque (ver capítulo 11) —, de maneira que a posteridade não contou com legado algum dos nativos das Bahamas, além de um registro verbal.

Durante a década de 1880, o mundo ocidental, que experimentava o auge da expansão colonial e ainda não se deixava abalar pela exploração (e até mesmo pelo genocídio) dos povos “inferiores” de outras culturas, deu início aos preparativos para as comemorações do quadringentésimo aniversário do desembarque de Colombo. Na mesma época, um de meus cientistas favoritos, o último dos alunos de Louis Agassiz, visitou as Bahamas com o objetivo de pesquisar a anatomia e a embriologia dos invertebrados marinhos. Como um homem de horizontes mais amplos, W. K. Brooks, professor de zoologia na Johns Hopkins University, voltou sua atenção para outros aspectos da história natural local. Ele refletiu sobre o destino dos habitantes originais e descobriu que não havia registro algum dos restos anatômicos dessa população. Ao buscar informações sobre isso, ele soube que alguns esqueletos haviam sido resgatados nas cavernas, mas nunca haviam sido adequadamente descritos. Brooks conseguiu a cooperação dos colecionadores locais e estudou os fragmentos irrisórios dessa cultura complexa e vibrante encontrada originalmente pelos europeus. Brooks publicou seus resultados, a única pesquisa antropológica realizada por ele, em um artigo técnico para os *Memoirs of the National Academy of*

Sciences (1889) e em um artigo voltado para o público não especializado publicado na *Popular Science Monthly* no mesmo ano.

Neste último, Brooks começa por estabelecer uma ligação com as celebrações do descobrimento da América que se aproximavam, e lamenta com veemência a destruição brutal e completa de toda herança cultura das Bahamas originais, da qual nem sequer um objeto palpável sobreviveu, e cujo legado se limita a uma palavra desencarnada!

Em três anos o mundo se unirá na celebração do quadringentésimo aniversário daquilo que, do nosso ponto de vista, é o maior e o mais importante evento da história, o desembarque de Colombo. Mas, dada a nossa consciência de seu profundo significado, será que não correremos o risco de esquecer que os espanhóis descobriram a América da mesma maneira que os piratas descobrem um navio com uma tripulação indefesa? [...]. [Eles] encontraram as Bahamas habitadas por uma população próspera e feliz [...]. Doze anos depois, cada um dos indivíduos dessa população de mais de 40 mil homens, mulheres e crianças havia perecido numa terra estranha sob as chibatadas do feitor de escravos. A raça foi apagada da face da Terra, e a única impressão deixada na nossa civilização por aqueles que a saudaram pela primeira vez neste continente é uma palavra que, juntamente com o exuberante artigo que ela designa, se espalhou por todo o planeta. [Eles] nos deram a *hammock*⁵ e essa única palavra lucaiana é tudo o que restou deles.

(Algumas outras palavras, incluindo *tabaco*, derivam do mesmo grupo lingüístico. Mas Colombo encontrou o tabaco pela primeira vez em Hispaniola, ao passo que *hammock* entrou nas línguas ocidentais como uma contribuição exclusivamente das Bahamas.)

Seguindo a linha geral que constitui o tema deste ensaio, Brooks então focalizou em particular a trágica e extrema precarie-

(5) *Hammock* significa “rede”. O termo em inglês se originou de *hamaca*, do espanhol caribenho. (N.T.)

dade dos restos dessa cultura, e expressou sua satisfação pessoal na empreitada de resgatá-los:

Todos os traços de sua existência foram eliminados quase totalmente pelos conquistadores [...]. Os espanhóis não tinham tempo nem inclinação para o estudo da antropologia, e suas anotações a esmo nos fornecem pouco ou nenhum entendimento acerca dos povos que eles dizimaram, de tal maneira que me senti imensamente satisfeito quando obtive, nas Bahamas [...]. o material para um estudo satisfatório sobre as características anatômicas dessa população.

Mas, a seguir, uma vez mais aderindo ao procedimento-padrão, Brooks entremeou suas descrições anatômicas objetivas com manifestações de menosprezo — como a sugerir que os nativos das Bahamas tinham sido condenados por sua própria inferioridade inerente. Ele encontrou, ou supôs ter encontrado, dois sinais disso nessa população. Primeiro, afirmou a existência de uma similaridade entre as raças primitivas e os mamíferos inferiores: “Certas variações nos crânios humanos, que são exceções no homem, mas normais em certos outros mamíferos, ocorrem com mais freqüência nas raças selvagens do que nas raças civilizadas”. Então, a despeito do tamanho reduzido de sua amostragem, Brooks alegou haver confirmado esse princípio:

Os quatro crânios lucaianos, entretanto, apresentam dois casos, ou 50%, de ossos tríquetros na sutura lambdóide, e como não há razão para se atribuir nenhuma importância morfológica a essa peculiaridade, parece provável que as raças selvagens ou primitivas sejam mais variáveis ou irregulares em relação às características osteológicas do que as raças civilizadas.

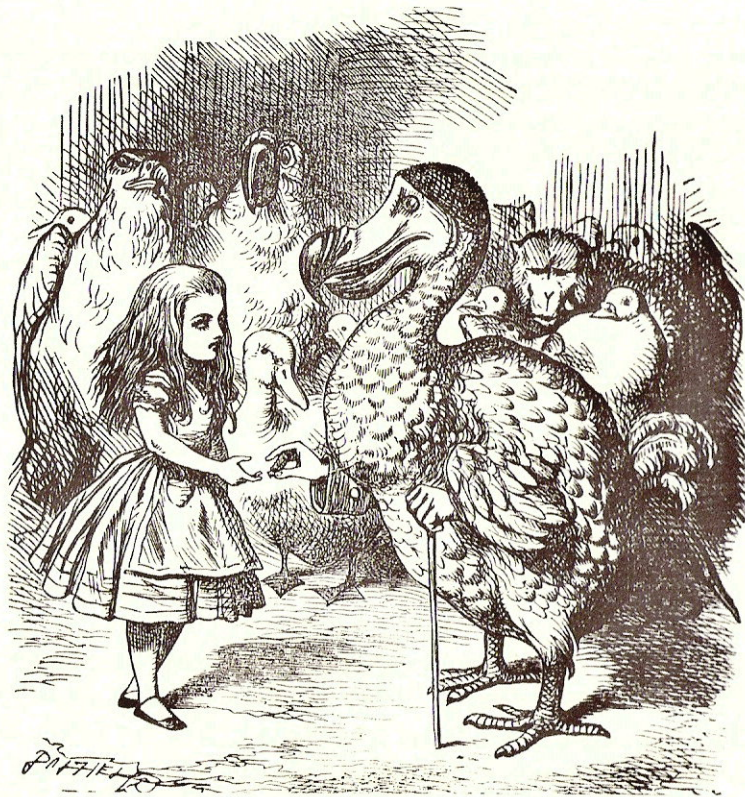
Em segundo lugar, Brooks descreveu como “bestiais” uma série de traços anatômicos que observou nos crânios estudados, embora ao mesmo tempo confirmasse, em termos gerais, a impressão de Colombo quanto à boa estatura e à forma bem-proporcionada desses nativos (ver capítulo 11). Ele escreveu com maior

imparcialidade em seu artigo técnico: “Os ligamentos musculares no occipital e na mandíbula e a grande saliência no arco superciliar [sobrancelha] dão a esses crânios uma expressão bestial e indicam que seus possuidores devem ter sido homens de musculatura invulgar”. Mas, em seu artigo voltado para o público leigo, essas afirmações expressaram mais fervor e preconceito:

Eles tinham as mandíbulas protuberantes, o pescoço vigoroso e os músculos mandibulares de verdadeiros selvagens, e os contornos de seus crânios não mostram nada da suavidade e da delicadeza característica das raças humanas mais civilizadas e dóceis.

Confesso que tenho dificuldade em conciliar esses dois temas invariantes e contraditórios da literatura mais antiga sobre a preservação dos restos de nossas depredações iniciais: de um lado, o fervor e a grandeza da recuperação, até mesmo dos fragmentos mais simples, de outro, a depreciação das criaturas preservadas e a atribuição de sua extinção às suas supostas inadequações — pois, por que razão deveríamos lutar com tanto zelo para preservar os ineptos? E, ainda assim, não tenho dúvidas sobre os sentimentos genuínos de realização científica e de satisfação moral — e certamente os respeito — que desempenharam um papel na recuperação desses artefatos (às vezes insignificantes) como as únicas recordações possíveis. W. K. Brooks expressou muito bem essa dimensão psicológica ao escrever sobre a inspiração proporcionada pelos objetos genuínos, no lugar de réplicas ou de meras palavras:

Não há tanto interesse intrínseco em alguns poucos fragmentos de ossos humanos, mas o crânio lucaiano [nativo das Bahamas] que se encontra sobre a minha mesa enquanto escrevo transmite uma força e um sentido vívido de realidade à história que conhecemos [...] e evoca o drama das Bahamas, em todos os seus detalhes, com uma clareza assustadora.



23. Desenho de John Tenniel extraído de *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, 1865.

Quanto à tendência à depreciação, penso que necessitamos de novos conceitos e metáforas para substituir as idéias falsas e limitantes, embora confortadoras, de que o progresso é algo previsível na história da vida (com a perda triste, porém inevitável, das criaturas inferiores) e de que é possível apreender a causalidade de todos os eventos importantes. Felizmente, pode-se encontrar uma ilustração maravilhosa e uma oportunidade de revermos esse ponto de vista na aparição literária mais famosa do dodô.

Lewis Carroll enxergava a si mesmo como um homem desengonçado e, portanto, se identificava fortemente com o dodô. No terceiro capítulo de *Alice no País das Maravilhas*, quando todos os personagens estão absolutamente ensopados, irrompe uma longa e clamorosa discussão sobre a melhor maneira de eles se secarem. O dodô, ao final, sugere uma solução. “Proponho”, diz ele, “que o conclave seja suspenso, para a imediata adoção de medidas mais operacionais.” “Não existe nada melhor para nos secarmos”, continua o dodô, “que uma corrida de comitê.” Dito isso, o dodô desenha uma pista circular e distribui os participantes ao acaso em pontos de partida ao longo dela:

Não havia um sinal como “Um, dois, três e já!”, uma vez que todos começavam a correr quando bem quisessem e paravam também quando sentissem vontade, de maneira que não era nada fácil saber quando a corrida havia chegado ao fim. No entanto, quando todos já tinham corrido cerca de meia hora e se encontravam totalmente enxutos outra vez, o dodô subitamente proclamou: “A corrida terminou!”.

Os participantes, intrigados, indagam: “Mas quem ganhou a corrida?”.

Essa pergunta o dodô não soube responder sem antes pensar um bocado. Ele ficou de pé longo tempo, com um dedo apoiado sobre a frente (a posição em que Shakespeare é geralmente retratado), enquanto os demais aguardavam em silêncio. Finalmente, o dodô exclamou “Todos venceram, e todos devem receber prêmios”.

Suspeito que a vida transcorre mais como uma corrida de comitê do que como uma corrida linear, com a vitória inevitável dos corajosos, fortes e espertos. Se pudéssemos de fato abraçar e compreender essa metáfora, conseguiríamos até mesmo adotar uma posição mais adequada para examinar as conseqüências morais das ações humanas, como sugerido pelo sábio dodô de Lewis Car-

roll: sem julgamentos de superioridade ou de inferioridade entre os participantes, sem ganhadores ou perdedores, e fazendo uso da cooperação para alcançar objetivos comuns que premiassem a todos. (Ninguém deseja uma corrida de comitê para todas as atividades humanas, é claro. Algumas pessoas têm mais talento para tocar piano ou bater um *home run*⁶ — e isso merece reconhecimento e recompensa. Mas quando falamos sobre o valor intrínseco e essencial de uma vida humana, o juiz de uma corrida de comitê revela-se o mais sábio dos homens.)

E finalmente, falando sobre raças, não nos esqueçamos da mais famosa declaração de nossa literatura sobre a humildade salutar — e até mesmo sobre a liberdade decorrente — que poderíamos obter ao admitir que o universo não respeita as nossas preferências e quase sempre opera por caminhos fortuitos em relação às nossas expectativas e intenções. A morte do dodô realmente não faz sentido em termos morais e não precisava ter ocorrido. Se reconhecermos a contingência dos eventos concretos, poderemos até mesmo aprender a evitar a recorrência de resultados indesejáveis. Pois o pregador do Livro de Eclesiastes escreveu: “Vi ainda debaixo do sol que não é dos ligeiros o prêmio, nem dos valentes a vitória [...] porém tudo depende do tempo e do acaso”.⁷

(6) No beisebol, é a jogada máxima de um atacante, que arremessa a bola fora dos limites do campo e conquista o direito de percorrer um circuito completo pelas quatro bases sem o risco de ser eliminado. (N.T.)

(7) Eclesiastes, 9:11. (N.T.)

A DIETA DE WORMS E A DEFENESTRAÇÃO DE PRAGA

Certa vez, numa aposta, comi uma formiga (coberta de chocolate). Não tenho lembranças terríveis dessa experiência, mas também não alimento nenhum desejo ardente de repeti-la. Por isso, imagino a dor do pobre Martinho Lutero quando, num momento decisivo de sua carreira, em abril de 1521, teve de se submeter, durante dez dias, à Dieta de Worms¹ (engolida com o auxílio de uma boa quantidade de vinho, pelo que dizem os textos).

Sou um colecionador por natureza, e há mais espaço nas minhas gavetas mentais para fatos e frases do que os gabinetes propriamente ditos têm para as espécies. Reservou uma prateleira do crânio para as frases mais engraçadas ou eufônicas da história. “A Dieta de Worms” permanece como meu espécime campeão, mas concedo o segundo lugar a uma outra frase com D que faz parte da história européia: “A Defenestração de Praga” em 1618 — o disparador “oficial” da Guerra dos Trinta Anos, que foi um dos conflitos mais extensos, horrendos e sem sentido da cultura ocidental.

Dado que não acredito em experiências vicárias, sou capaz de atravessar grandes (até mesmo absurdas) distâncias para pisar exatamente em determinado local ou para tocar com a mão um ponto preciso em certa parede. Eu poderia ter escrito *Vida maravilhosa*

(1) Gould produz um jogo de palavras com a expressão “*Diet of Worms*” e seu duplo sentido: “dieta de minhocas” e “Dieta (ou Assembléia) de Worms”. (N.T.)